

Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E79	Estado e sociedade frente às questões sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-801-4 DOI 10.22533/at.ed.014192111 1. Brasil – Política social. 2. Estado e sociedade. 3. Serviço social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 361.61
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book "Estado e sociedade frente às questões sociais" apresenta 23 artigos que tratam de temáticas vinculadas às situações de vulnerabilidade e risco social, bem como, formas de organização e mobilização da sociedade frente a estas, que se expressam através da garantia de direitos, dos aspectos culturais e das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Os artigos estão organizados em quatro seções, conforme segue: "**Cultura, percepções e construção de imagem**" com cinco artigos através dos quais são debatidos aspectos relacionais e de contexto que contribuem para formação da identidade e cultura em seu entorno. "**Estado e Políticas Públicas**" apresenta nove artigos que dialogam sobre os direitos estabelecidos e a materialização destes enquanto políticas públicas, pautando-se de forma concomitante os desafios postos diante das reformas ensejadas pelos preceitos neoliberais que incidem na fragilização da atuação estatal; Na seção "**O direito e os seus desdobramentos na sociedade contemporânea**" são apresentados seis pesquisas que congregam debates voltados para os direitos estabelecidos e inferências diante dos aspectos criminológicos, adolescência e a prática de atos infracionais, relações de trabalho, tecnologia e processos eleitorais. Por fim, a seção "**Categoria de análise e questões epistemológicas**" apresenta dois artigos que analisam a superpopulação relativa a partir da categoria marxiana e os problemas epistemológicos nas ciências humanas no Brasil.

As temáticas abordadas são bastante atuais e apresentam relação entre si. Contribuem para a divulgação de estudos e análises voltadas para os desafios postos nas relações da sociedade contemporânea.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CULTURA, PERCEPÇÕES E CONSTRUÇÃO DE IMAGEM

CAPÍTULO 1	1
A CRIAÇÃO DE UMA <i>CITY IMAGE</i> DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA ECONOMIA CRIATIVA	
Alice dos Santos Braga	
DOI 10.22533/at.ed.0141921111	
CAPÍTULO 2	10
<i>HALLYU WAVE</i> : A CULTURA COMO MECANISMO DE SOFT-POWER SUL-COREANO	
Fernanda Vieira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0141921112	
CAPÍTULO 3	22
PADRÕES DE BELEZA NA SOCIEDADE: EXPRESSÕES NO COTIDIANO ESCOLAR	
Rosilda Arruda Ferreira	
Djavan Thiago Santos Oiteiro	
Monique Santos da Silva	
Thaiane Almeida Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0141921113	
CAPÍTULO 4	35
“VIOLÊNCIA, DESORDEM E BEBEDEIRAS”: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CLUBE FORRÓLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA-SP (2000-2010)	
Bruno César Pereira	
Vania Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.0141921114	
CAPÍTULO 5	46
PAI ALCOOLISTA: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE UMA FILHA	
Elizabeth Filgueira da Costa	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
Kay Francis Leal Vieira	
Ivana Suely Paiva Bezerra Mello	
DOI 10.22533/at.ed.0141921115	

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 6	58
A ATUAÇÃO DO ESTADO, ENQUANTO GARANTIDOR DE DIREITOS, DIANTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: AS ENCHENTES SAZONAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	
Régis Hartmann	
Carina Valesca Soares Lima	
Lanna Chely Bezerra Dias da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.0141921116	

CAPÍTULO 7	76
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO E DA PROTEÇÃO SOCIAL: DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/17 À LEI Nº 13.415/17	
Marcos Felipe Rodrigues de Sousa Alessandra Pereira Nunes Raimunda Eliene Sousa Silva Suziany de Oliveira Portéglio	
DOI 10.22533/at.ed.0141921117	
CAPÍTULO 8	90
COMO SE ARTICULAM NO ESPAÇO PÚBLICO INDICADORES FISCAIS E POLÍTICAS SOCIAIS? OS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE À LUZ DE UMA ABORDAGEM PÓS-ESTRUTURALISTA	
Bruno Moretti Elton Bernardo Bandeira de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.0141921118	
CAPÍTULO 9	102
DESIGUALDADE SOCIAL E INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À POBREZA	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0141921119	
CAPÍTULO 10	116
O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO ADOTA A AGENDA 2030 EM SUA ESTRATÉGIA PÚBLICA?	
Cândido de Souza Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211110	
CAPÍTULO 11	137
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	
Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli	
DOI 10.22533/at.ed.01419211111	
CAPÍTULO 12	146
DEVER DO ESTADO EM GARANTIR O ACESSO À INTERNET COMO PRESSUPOSTO DE EFETIVIDADE SOCIAL DA CIDADANIA DIGITAL	
Eid Badr	
DOI 10.22533/at.ed.01419211112	
CAPÍTULO 13	159
A CRISE NA VENEZUELA E O DIREITO DOS REFUGIADOS NO BRASIL	
Jonas Modesto de Abreu Bruno Henrique Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.01419211113	

CAPÍTULO 14	172
MAIS DESENVOLVIMENTO, MAIOR TRANSPARÊNCIA? UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NO SEU GRAU DE TRANSPARÊNCIA	
Pedro Severino do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211114	
O DIREITO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
CAPÍTULO 15	187
A POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL DA ATIVIDADE-FIM DO TERCEIRIZADO COM O EMPREGADO CONTRATADO DIRETAMENTE PELA TOMADORA DE SERVIÇO	
Ticiania Poncio de Lima	
Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211115	
CAPÍTULO 16	206
CRIMINOLOGIA FEMININA AFETIVA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO ABOLICIONISMO E MINIMALISMO PENAL	
Isael José Santana	
Julia Romano Barbosa	
Raul Dias Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.01419211116	
CAPÍTULO 17	218
DELINQUÊNCIA FEMINIL: BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS E CRIMINOLÓGICOS	
Ana Carolina Medeiros Costa Paula	
Isael José Santana	
DOI 10.22533/at.ed.01419211117	
CAPÍTULO 18	231
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: É POSSÍVEL PENSAR DIFERENTE	
Rosalice Lopes	
Giovanna Loubet Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.01419211118	
CAPÍTULO 19	243
O DIREITO À PRIVACIDADE EM FACE DA INTERAÇÃO CÉREBRO-MÁQUINA: A NECESSIDADE DE UMA ÉTICA DO ACESSO AO PENSAMENTO	
Lafaiete Luiz do Nascimento	
Diogo de Calasans Melo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.01419211119	
CAPÍTULO 20	256
COMPETIÇÃO ELEITORAL COMO INCENTIVO À CORRUPÇÃO: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES 2014 PARA GOVERNADOR E OS CASOS PERCEBIDOS DE COMPRA DE VOTOS	
Pedro Henrique Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211120	

CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

CAPÍTULO 21	270
A ATUALIDADE DA CATEGORIA MARXIANA DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	
Ana Virgínia do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211121	
CAPÍTULO 22	282
PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS NAS TESES DE CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.01419211122	
CAPÍTULO 23	291
UM ESTUDO DE CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS – SC	
Alessandra Knoll Sérgio Luís Boeira	
DOI 10.22533/at.ed.014192111223	
SOBRE A ORGANIZADORA	307
ÍNDICE REMISSIVO	308

DESIGUALDADE SOCIAL E INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À POBREZA

Francisco Mesquita de Oliveira

Professor Associado no Departamento de Ciências Sociais, nos Programas de Pós-graduação em Sociologia (acadêmico) e Pós-graduação em Gestão Pública (profissional) da Universidade Federal do Piauí - UFPI – Brasil.
mesquita@ufpi.edu.br

RESUMO: O presente trabalho analisa o fenômeno da desigualdade social no Brasil e a construção de condições de igualdade de oportunidades por meio das políticas públicas (MILLER, 1996) no início do século XXI. A pesquisa apoia-se no método qualitativo de análise da produção teórica mais recente no âmbito das ciências sociais. Dá-se ênfase às ações de diminuição da pobreza no atual período democrático brasileiro, mas o estudo observa que desde o período colonial até a modernização do Estado é praticada postura de indiferença com as desigualdades sociais (FERNANDES, 1978; FREYRE, 1978). Somente nos anos de 1930, no Brasil, foram instituídas as primeiras políticas públicas de direitos sociais, as quais impactam na diminuição da desigualdade social, com as políticas de direitos trabalhistas do governo do então Presidente Getúlio Vargas. No período do regime político de governos autoritário (1964-1985) o fenômeno da desigualdade social cresceu expressivamente e não recebeu a

atenção adequada, pelo contrário, o problema foi tratado como caso de polícia, a pobreza era caso de segurança e não de instituição de políticas sociais. Entre os anos de 1980 e 1990, com o processo de redemocratização política, governos mais flexíveis e maior participação da sociedade civil organizada na gestão do Estado, gestores públicos e lideranças sociais colocam na agenda pública-estatal a discussão de políticas públicas de enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social, por meio da implementação de políticas públicas. No início do século XXI, são várias as formas de enfrentamento das desigualdades sociais com programa de renda mínima, política de cotas para famílias em situação de vulnerabilidade, tarifa social de serviços públicos e investimento na qualificação profissional de setores da população empobrecida e estratégias de combate à pobreza extrema. Por fim, o estudo apresenta duas conclusões: na primeira, as desigualdades sociais que causam a pobreza extrema brasileira configuram-se um problema social estrutural e; na segunda, os esforços dos governos, na última década, ainda não foram suficientes para erradicar a pobreza e a miséria e avançar na construção de um Estado brasileiro de bem-estar social.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade social. Exclusão social. Pobreza. Políticas públicas.

SOCIAL INEQUALITY AND THE UNEFFICIENCY OF PUBLIC POLITICS IN THE FIGHT AGAINST POVERTY

ABSTRACT: This article analyzes the phenomenon of social inequality in Brazil and the construction of equal opportunity conditions through public policies (Miller, 1996). The research is based on the qualitative method for the analysis of the most recent theoretical production in the social sciences on the phenomenon of social inequalities. Emphasizing the actions of poverty reduction in the current Brazilian democratic period, this study observes that from the colonial period until the modernization of the Brazilian state experience a stance of indifference with inequalities (FERNANDES, 1978; FREYRE, 1978). Only in the 1930s, in Brazil, the first public policies of social rights were instituted, which impacts on the reduction of social inequality, with the labor rights policies built in the government of the then President Getúlio Vargas. During the period of the authoritarian political regime of governments, between 1964 and 1985, the phenomenon of social inequality grew significantly and did not receive adequate attention. On the contrary, the problem was treated as a police case, poverty was a security case and not an institution. of social policies. Between 1980 and 1990, with the process of political re-democratization, more flexible governments and greater participation of organized civil society in state management, public managers and social leaders put on the public-state agenda the discussion of public policies to fight hunger, poverty and social inequality through the implementation of public policies. At the beginning of the 21st century, there are many ways to address social inequalities through a minimum income program, quota policy for vulnerable families, social tariffs for public services and investment in the professional qualification of impoverished sectors of the population, strategies experienced in combating extreme poverty. Finally, the study presents two conclusions: first, the social inequalities that cause extreme poverty in Brazil are a structural social problem and; Second, the efforts of governments in the last decade have not yet been sufficient to eradicate poverty and misery and advance the construction of a Brazilian welfare state.

KEYWORDS: Social Inequality. Social exclusion. Poverty. Public policy.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O fenômeno *desigualdade social*, na realidade prática e conceitualmente, como categoria analítica, não é novo. Na Revolução Francesa de 1789, por exemplo, o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” impulsionou o movimento revolucionário numa cabal demonstração de que à época, na França, não existia igualdade política, econômica e social entre os indivíduos.

O conceito de igualdade, como parâmetro de análise sobre as origens das desigualdades econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos foi insistente objeto de análise dos pensadores contratualistas e fundadores do pensamento liberal burguês, como Hobbes, em “Leviatã”; Locke, em “Dois tratados sobre o governo”, e

Rousseau, em “O contrato social” (FERREIRA, 2003).

A busca pela superação da desigualdade social na sociedade moderna vem sendo abordada sob duas perspectivas: a ideia de igualdade absoluta (igualdade total na situação socioeconômica dos indivíduos) e igualdade realtiva (igualdade de oportunidades a todas as pessoas da sociedade). A absoluta é irrealizável, uma utopia, devido à natureza de insatisfação das pessoas em acumular bens, dinheiro, poder, riqueza e, por isto mesmo, uma permanente disputa entre indivíduos, expressada pela máxima *medida de encher nunca enche*. A igualdade relativa torna-se possível à medida que os grupos sociais menos favorecidos conquistam mais direitos; e estes se traduzem em políticas públicas de distribuição de renda, gerando equidade social (DIAS, 2001; GIDDENS, 2005). Equidade social é a justa distribuição de renda (riqueza produzida pelo trabalho) na sociedade, compreendida como o direito de as pessoas participarem não “só da atividade política e econômica, mas também o direito de contar com os meios de subsistência (adequada segundo suas necessidades) e com o acesso a um conjunto de serviços públicos que permitam manter um nível adequado de vida” (WOLFE *apud* DIAS, 2001, p. 152).

No Brasil, a desigualdade social está presente desde seu surgimento, em diversas dimensões (política, econômica, social, racial, regional e cultural) e de forma exasperada ao longo do tempo. No período colonial, por exemplo, impôs-se o modelo econômico escravocrata, no qual o escravo era a principal mão de obra e, por ser ele um “objeto” comprado, não tinha participação na renda do seu trabalho. Os demais trabalhadores pobres foram excluídos já na divisão das terras brasileiras; pela Lei de Terra (1850) negros, índios e pobres não recebiam terra para trabalhar. No primeiro período republicano (1889-1930), o país adotou o modelo econômico agroexportador, que fortaleceu sobremaneira o nascente capitalismo brasileiro com trabalho assalariado nas fazendas de café e nas primeiras indústrias têxteis e tipografias. O valor e o tempo do trabalho assalariado não eram regulamentados, cabia ao empregador determinar esses fatores. O modelo político era oligárquico, com oligarquias rurais aliadas à nascente burguesia industrial urbana; a pobreza e desigualdade social eram casos de polícia (FERREIRA, 2003).

Entre 1930 e 1964, o Brasil viveu um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico capitalista, acelerou-se o processo de implantação e consolidação industrial em várias áreas: metalurgia, automobilística, química, petroquímica, alimentícia, eletrodomésticos, entre outros. Nesse período apareceram políticas públicas visando minimizar a desigualdade social através de uma política de salário mínimo, aposentadoria, regulamentação da jornada de trabalho, cuidados mínimos com a saúde do trabalhador, planos habitacionais destinados a grupos de pessoas, sob a responsabilidade do Estado. O modelo político, aos poucos, passou do oligárquico ao populista, de Getúlio Vargas (1930), instalou-se o Estado Novo (1937-1945) e a democracia política (1946-1963). O modelo econômico foi do nacional desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek às políticas de reformas de base de

João Goulart (1963) (FERREIRA, 2003).

A questão social nesse período mudou: os trabalhadores organizaram-se para garantir mais direitos sociais e rendimentos salariais. No entanto, os altos rendimentos capitalistas ficaram concentrados nas mãos da elite industrial, a massa de trabalhadores tinha baixos salários, o êxodo rural, pela ausência de políticas públicas para o campo, encheram as cidades de desempregados e aumentou sobremaneira os índices de pobreza no país. No início dos anos 1960, com a construção de Brasília, instalou-se uma crise nas finanças públicas que obrigou ao endividamento externo do Brasil e criou uma instabilidade política que desembocou no golpe de estado pelos militares em 1964. Nos governos militares (1964-1985), o modelo político era totalitário; o econômico, chamado por alguns de desenvolvimento com segurança, sustentou-se no tripé capital nacional, capital estrangeiro e Estado empresarial autoritário; e a desigualdade social agravou-se, a organização dos trabalhadores e os movimentos sociais foram tratados, novamente, como caso de polícia e questão de Estado (FERREIRA, 2003).

Mas, o contrário da desigualdade é a igualdade social, que, no plano teórico, consiste na ideia de as pessoas terem condições socioeconômicas o mais próximo possível da igualdade em várias áreas: educação, saúde, trabalho, oportunidade de consumo, utilização de bens de lazer, entre outros (MILLER, 1996). No plano prático, quanto menos diferença social entre as pessoas, grupos e classes sociais, maior será a superação das carências materiais e haverá mais efetivação de direitos humanos fundamentais.

Ao longo do tempo, mais na teoria que na prática, a questão da igualdade social tem sido tratada como construção de condições de igualdade de oportunidades às pessoas no acesso aos bens produzidos pela força de trabalho na sociedade. Nesse sentido, é defendido que as pessoas deveriam ter as mesmas condições de oportunidades, ou seja, as mesmas possibilidades de construir social e economicamente suas vidas. A educação de qualidade e universal pode ser um vigoroso processo de construção da igualdade de oportunidades. Trata-se, pois, dos três ciclos da educação: infantil, fundamental e superior. Garantir o ciclo completo de formação da população é conferir-lhe condições reais de construção de sua vida de forma mais igualitária e justa. Mas, a quem cabe oferecer a educação de qualidade à população? A resposta é trivial: ao Estado; Estado compreendido não somente enquanto correlação de força entre grupos, mas também enquanto instituição que realiza políticas públicas; e a ele cabe essa tarefa por três motivos: primeiro, porque é ao Estado que todos os cidadãos contribuem economicamente com impostos; segundo, pelo fato de o Estado ser a instituição de maior responsabilidade com o desenvolvimento da sociedade; e terceiro, o processo de desenvolvimento social e econômico não dispensa a ação do Estado, que funciona como mola propulsora do desenvolvimento.

O processo de criação de igualdade de oportunidades implica extinção

de privilégios, de discriminação, de preconceitos racial, econômico e de sexo presentes na sociedade, quase sempre tolerados pelo Estado. A existência desses condicionantes, em si, constitui barreiras limitadoras de mobilidade econômica de grupos sociais (MILLER, 1996). Nesse caso, o Estado, ao invés de permitir privilégios e preconceitos, deveria coibi-los, criar e discredionar equitativamente as oportunidades de crescimento socioeconômico das pessoas de modo a garantir condições de igualdade de oportunidades a todos.

A educação de qualidade, não resta dúvida, é um processo adequado à criação de condições de igualdade de oportunidades na sociedade brasileira que, desde sua origem, é extremamente desigual. A educação de qualidade é mais que apreender as operações principais de matemática, ler e escrever, é também saber ler a realidade, compreender a trama social, política e econômica, ter espírito crítico, aperfeiçoar-se em uma profissão pelas suas aptidões, capacidades e competências, educar-se para ser cidadão. Como diz Paulo Freire (apud VIEIRA, 2012), educação para a desigualdade social é educação para libertação. No entanto, isto implica na formação completa do educador; na mudança de concepção de professor; na valorização do educador em todos os aspectos; nas condições adequadas ao exercício de educar; na gestão participativa das instituições de ensino; e no acesso e uso das tecnologias.

Essa possibilidade, entretanto, na prática, tem-se mostrado difícil; basta lembrar, por exemplo, os altos índices de analfabetismo da população brasileira com 15 anos ou mais de idade, ao longo do século XX e na primeira década do XXI: em 1920, o índice de analfabetismo chegava a 65% da população; em 1979, era 33,60%; em 1980, 25,50%; em 1991, 20,10% e, no ano 2000, ainda era 13,60% dos brasileiros adultos. Hoje, conforme a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), sobre dados de 2012, esse índice ainda é de 8,7%, cerca de 13,2 milhões de pessoas. Tal realidade indica que a educação, ao longo do tempo, não foi ofertada como mecanismo de criação de igualdade de oportunidades. Prosseguimos agora com o debate do desenvolvimento econômico, ponto-chave no debate da desigualdade social no Brasil.

2 | DESENVOLVIMENTO SEM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Neste tópico, trabalha-se com as consequências do modelo de desenvolvimento econômico implementado entre as décadas de 1970 e 1990, dando continuidade ao explicitado acima sobre a insistência da desigualdade social no percurso da história brasileira. Em 1974, por exemplo, o salário mínimo tinha metade do poder de compra do ano de 1960. Em contrapartida, nos anos do milagre (1968-1973), a taxa de crescimento econômico do Brasil ficou entre 10% e 14%, em momento de pico, e a indústria de transformação cresceu quase 25%, mas o salário mínimo, entre 1965 e 1974, manteve-se na média anual, com apenas 69% do poder aquisitivo do ano de 1940 (BOCCHINI, 2014). No regime político autoritário não havia espaço para expressão

de organizações sociais, de lutas pelos direitos dos trabalhadores e da população pobre e a questão social era tratada como caso de polícia. Mesmo assim, como o país passaria por um ciclo virtuoso de crescimento econômico, a desigualdade social não se tornaria dramática, como veio a ocorrer nos anos 1980 e 1990. Aos poucos, o regime político autoritário foi forçado a, lentamente, caminhar para a democracia e, em um colégio eleitoral, em 1985, após mais de 20 anos de autoritarismo, elegeu-se um presidente civil.

Na tentativa de conter a crise econômica e os ciclos inflacionários desenfreados, entre 1986 e 1990 foram administrados cinco planos econômicos nos governos de Sarney e de Collor de Mello. A inflação nesse período chegou a cifras sem precedência na história do país: em 1984, antes do Governo Sarney, ela estava em 250% ao ano; mesmo após quatro planos econômicos no governo de Sarney, em 1989, a inflação chegou a 1.764,86% ao ano, média de 147% ao mês. Em junho de 1994, último mês antes do Plano Real, nos primeiros 15 dias, a inflação estava em 47,43% (PASSARELLI, 2011).

Dados estatísticos desse período mostram as consequências do processo inflacionário, da alta concentração de renda entre os mais ricos e do empobrecimento dos mais pobres: “em 1992, os 10% mais ricos tinham 45,8% da renda nacional, enquanto que, em 1999, os 10% mais ricos passaram a ter 47,4% dessa mesma renda” (FERREIRA, 2003, p. 137). Utilizando dados oficiais sobre os índices de pobreza, Ferreira (2003, p. 138-139) indica que “1% mais rico da população do Brasil, que tinha 11,9% da renda nacional em 1960, passou a ter 16,9% em 1980” e, considerando “os 5% mais ricos, sua participação subiu de 28% para 37,9% no mesmo período, enquanto a dos 50% mais pobres caiu de 17,4% para 12,6%.”

Foi a sociedade, por meio dos movimentos sociais, quem buscou saída para esse problema que se tornou crônico. O problema da pobreza passou a mobilizar pessoas em movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e pastorais da igreja católica. Dois exemplos expressivos da atuação da sociedade por meio dessas organizações ajudam a entender o desenrolar do problema daí para frente: a Pastoral da Criança e a Campanha Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. A Pastoral da Criança é uma organização de pessoas, principalmente mulheres, organizadas pela ação social da igreja católica, fundada em 1983, com objetivo de promover o desenvolvimento integral de crianças pobres e diminuir o alto índice de mortalidade infantil. Ela tem expressivos grupos de voluntárias organizadas em todos os estados da federação e funciona como um serviço social da igreja em apoio à maternidade e à infância de famílias pobres. Desde os anos 1980 até a atualidade, a pastoral realiza serviço de orientação às mães no cuidado materno-infantil através de agentes da pastoral que visitam os domicílios, orientam e acompanham o desenvolvimento de crianças e mulheres gestantes (PASTORAL DA CRIANÇA, 2013). A Campanha Contra a Fome, a Miséria e Pela a Vida surgiu em 1993, animada e coordenada pelo sociólogo Herbert José de Sousa (Betinho), foi uma resposta da sociedade civil à

grave crise social exposta no Mapa da Fome, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma pesquisa realizada em 1993, em que o instituto constatou a existência de mais de 32 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, isto é, vivendo com valores de menos de um dólar por dia (BURITY, 2005).

A Campanha, que depois passou a ser chamada de Ação da Cidadania, ao longo dos anos realizou várias atividades de arrecadação e distribuição de alimentos a pessoas pobres;¹ organizou milhares de comitês de voluntários em 22 estados da federação, mobilização de empresários, articulação de organizações parcerias em torno do problema da fome;² e, o principal, no governo do então presidente Itamar Franco (1992-1994), colocou na agenda do poder público o problema da fome e da desigualdade social. Essa atitude fez o Governo criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), junto ao Gabinete da Presidência da República, para discutir e propor políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no Brasil. Igualmente importante, nesse mesmo período, foi a sanção da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).³ A partir dessas iniciativas, milhares de ONGs e movimentos sociais articulados com a Ação da Cidadania colocaram em pauta o debate sobre a fome e o combate à pobreza. Em 1994, o Consea articulou a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, com participação da sociedade civil, para debater as causas da fome e diretrizes da segurança alimentar. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Consea foi extinto (como outros órgãos de assistência social) e deu lugar ao Conselho do Comunidade Solidária, que criou a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (PERES, 2005).

Na área social, o Governo FHC criou, em 1995, o programa Comunidade Solidária e, por meio dele, articulou programas sociais para atender a famílias que viviam na extrema pobreza, com pequena ajuda financeira. Os principais programas sociais executados no âmbito do Comunidade Solidária foram: Vale Gás; Bolsa Alimentação; Bolsa Escola; Erradicação do Trabalho Infantil e Brasil Jovem, que o governo repassava às famílias, cadastradas pelo governo, com renda *per capita* de até meio salário mínimo mensal, um valor variável entre R\$ 15,00 e R\$ 65,00 por mês. Em alguns programas, o valor era condicionado a beneficiar só até três crianças por família, com 15 reais cada, a exemplo do Bolsa Alimentação. Apesar de o programa articular várias iniciativas do Governo na área da complementação de renda, o Comunidade Solidária não galgou expressivos resultados na diminuição da pobreza, pois focou a ação nos setores mais vulneráveis da população e de forma

1 “Entre 1993 e 2005 foram arrecadadas 30.351 toneladas de alimentos em todo o Brasil, beneficiando 3.035.127 famílias. Entre 2006 e 2010 foram distribuídos 2.300.000 brinquedos e 500.000 livros em todo o País.” (AÇÃO DA CIDADANIA, 2014, n.p.).

2 O problema da fome no Brasil foi amplamente discutido por Josué de Castro, entre os anos 1930 e 1960, quando, como pesquisador, escreveu o clássico livro “Geografia da Fome”, publicado em 1946 (cf. CASTRO, 1992).

3 A Loas (lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993) foi sancionada pelo presidente Itamar Franco para orientar as ações da Secretaria de Assistência Social e, como o Consea, resultou de ampla discussão e mobilização da sociedade brasileira para o efetivo combate à pobreza (BRASIL, 1993).

setorizada, como prescreve o neoliberalismo, sem atingir o universo da população que vivia na miséria (BURITY, 2005).

Em que pese a mudança de foco em relação ao Governo Itamar sobre o problema da fome, o esfriamento da mobilização social - dada a postura do Governo em transferir responsabilidade na execução de políticas sociais à sociedade - o debate sobre a questão da fome e da pobreza continuou no âmbito do Comunidade Solidária. Devido às razões acima, a eficácia dos programas sociais do Comunidade Solidária foi baixa e a diminuição da miséria foi inexpressiva (PERES, 2005).

O índice de Gini, padrão internacional que mede a desigualdade social, nesse período, indicava a magnitude da desconcentração de renda tão somente de 1,89%. Em 1995, ele apresentava indicador de concentração de renda de 0,5987; oito anos depois, em 2002, este indicador estava em 0,5874, diferença muito pequena (IPEA, 2014).

O maior ganho no processo de mobilização da sociedade e articulação com os governos de Itamar e de FHC em torno desse problema, a meu ver, não foi ajuda com alimentação a milhões de famílias e repasses em dinheiro do Governo num valor quase simbólico (que tiveram seu valor, não resta dúvida), mas foi sim possibilitar à sociedade brasileira assumir a causa da fome como um problema social grave e, ao Estado, assumir, ao menos em parte, responsabilidade com implementação de políticas sociais, ainda que em uma visão neoliberal de políticas sociais compensatórias.

A partir das mobilizações da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela a Vida, milhares de articulações locais de pessoas e atores coletivos da sociedade civil foram viabilizadas em todo o Brasil, formando ampla rede de solidariedade. Essa mobilização gerou uma opinião pública nacional de que a fome e a miséria são problemas sociais graves, de responsabilidade pública, com correlação direta na concentração de renda, em consequência dos modelos de desenvolvimento econômico, e solução para eles cabe ao Estado e à sociedade.

3 | O ESTADO PELO DESENVOLVIMENTO, CONTRA A FOME E A MISÉRIA

O governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2010) investiu em duas frentes de atuação: política de desenvolvimento econômico, com o Estado como indutor do processo; e investimento e criação de políticas de desenvolvimento social de combate à fome e à miséria. Na área econômica, uma medida relevante e imediata do governo se consistiu na criação do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social⁴ (CDES) - um “órgão de consulta da Presidência à sociedade civil, ao mesmo

4 O CDES tem a missão de propor “I- [...] políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento; II - apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados” (BRASIL, 2003).

tempo em que um canal institucionalizado de negociação de pactos entre diferentes atores societários e o governo, em relação à agenda das reformas econômicas, políticas e sociais” (FLEURY, 2006, p. 79). O CDES contempla representação da sociedade civil e governo, reunindo três segmentos (empresários, trabalhadores e governo) na concertação de pactos pelo desenvolvimento econômico e social do país. Ao longo de 10 anos, o CDES concentrou-se nos seguintes eixos: agenda para o desenvolvimento; estratégias para o desenvolvimento; e agenda nacional do desenvolvimento. No Governo Lula, os grandes projetos de desenvolvimento econômico e social foram objetos de debates do Conselho (BRASIL, 2010).

Em janeiro de 2007, pelo decreto n. 6.025, o Governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - conjunto de políticas de estímulo ao crescimento econômico, com previsão de investimento da ordem de R\$ 503,9 bilhões até o ano de 2010. O PAC articulava todas as ações de investimento em infraestrutura de saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos do Governo. Para coordenar o programa, foi constituído um comitê gestor interministerial para planejar e monitorar as obras. Em agosto de 2007 o comitê apresentou um balanço e registrou 2.014 ações; destas, 60% estavam em estágio de obra; 40% em licenciamento ou licitação; e avaliou o rendimento do mesmo satisfatório (BRASIL, 2010). Com razoável desempenho na arrecadação do Estado, nas parcerias com o setor privado, desembolso dos recursos, execução de obras planejadas, não obstante as críticas do Tribunal de Contas da União (TCU), “de obras superfaturadas”, crítica da oposição de que o programa era eleitoreiro (lançado na conjuntura pré-eleitoral das eleições municipais de 2008), o governo manteve o programa com monitoramento sistemático do comitê (LOPES, 2010).

Em março de 2010, o governo lançou o PAC 2, que previa recursos de R\$ 1,59 trilhões de investimentos para um amplo conjunto de obras de transporte, energia, meio ambiente, saúde, área social e habitação. Tais investimentos na infraestrutura do país resultou em impacto positivo no crescimento econômico e na oferta de emprego em vários setores da economia, como indústria, construção civil, comércio, serviços etc. (BRASIL, 2014d).

A média do “crescimento (do PIB) nos dois mandatos do presidente [Lula] ficou em 4,60%” (SPITZ, 2011, n.p.). O crescimento de 2010, bem como a média em todo período daquele governo, foi resultado dos expressivos investimentos públicos articulados no PAC. Segundo Curado (2011, p. 93), no “primeiro trimestre de 2003 a relação Investimento/PIB era de 16,23%. No terceiro trimestre de 2008, antes dos efeitos da crise financeira global, a relação chegou a atingir 20,1%. No segundo trimestre de 2010 a relação atingiu 17,85%.” No mercado de trabalho, o impacto dessa política econômica foi significativamente positivo:

[...] em janeiro de 2003 a taxa de desemprego era de 11,3%. Em outubro de 2010 a taxa alcançou 6,1%, menor patamar registrado pela série histórica. A retomada do crescimento econômico tem provocado também impactos positivos sobre

o mercado de trabalho brasileiro em diversas dimensões, com destaque para a redução de seu grau de informalidade e para a elevação do rendimento médio real (CURADO, 2011, p. 93).

Na área social, ações de combate à fome e à redução da desigualdade social iniciadas no Governo Itamar, continuadas, algumas, no Governo FHC, foram complementadas e aprofundadas no Governo. Tal como na área econômica, medidas importantes na área social foram implementadas no início do governo; entre elas: criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, reinstalação do Consea e instituição do programa Fome Zero.⁵ Ao referido ministério, coube formular e coordenar implementação da política nacional de segurança alimentar e nutricional com objetivo de garantir, no âmbito do território nacional, o direito humano à alimentação.⁶ O Consea, composto de representantes da sociedade civil organizada, do governo e de observadores, funciona como instrumento de articulação entre governo e sociedade civil, na proposição de diretrizes e ações na área da alimentação e nutrição sob a coordenação do Ministério. A quantidade de ministros de Estado (19), juntamente com o leque de representação da sociedade civil organizada (representação de várias articulações de movimentos sociais, universidade e pesquisadores) no Consea, indica a relevância que este colegiado assumiu no Governo Lula (BRASIL, 2004). O programa Fome Zero, também sob coordenação desse Ministério, reuniu um conjunto de ações públicas de combate à fome, como: Cartão Alimentação (distribuído às famílias para compra de alimentos); Programa de Aquisição de Alimentos (com compras públicas dirigidas para a agricultura familiar); restaurantes populares em várias cidades; e envolvimento da sociedade civil nas atividades do programa (BRASIL, 2003).

Em 2004, foi extinto o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); uma tentativa acertada do Governo em conferir maior importância à área imprimindo-lhe um caráter de desenvolvimento social, ao invés de assistência pontual e fragmentada, como vinha sendo feito. Nessa linha, o MDS articulou um conjunto de políticas sociais, algumas que vinham do Governo FHC e outras novas, em um amplo programa denominado Bolsa Família,⁷ que incorporou as ações do Fome Zero e unificou as transferências de renda por meio de um único cartão magnético para saques de repasses financeiros

5 O programa Fome Zero foi concebido pelo Instituto Cidadania de São Paulo, em 2001, lançado em 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, objeto de proposta da campanha eleitoral a presidente de 2002, do presidente Lula, implantado a partir de 2003, com objetivo de combater a fome e suas causas estruturais e garantir a segurança alimentar aos brasileiros (BRASIL, 2005).

6 O direito à segurança alimentar e nutricional da pessoa humana não é constitucional, ele não está inscrito na Constituição brasileira de 1988, mas é garantido pelos diversos acordos internacionais dos órgãos da Organização das Nações Unidas, em que o Brasil é signatário (BRASIL 2005).

7 O parágrafo único do artigo 1º da lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, de criação do Bolsa Família, apresenta a junção das ações de transferência de renda nesse programa: “[...] especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola [...], do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA [...], do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação [...], do Programa Auxílio-Gás [...] e do Cadastro Único do Governo Federal [...]”

do governo às famílias em situação de insegurança alimentar, beneficiadas pelo programa,⁸ o qual condiciona o benefício ao cumprimento de contrapartidas da família no uso, acesso e assiduidade aos serviços de saúde, educação e assistência social.

As políticas sociais dos governos do presidente Lula tiveram continuidade no Governo Dilma e foram mais aprofundadas focando no grupo de família que ainda viva na extrema pobreza, cujos membros tenham renda *per capita* de até R\$ 77,00 por mês. Para atender a esse segmento da população, o governo de Dilma criou o plano Brasil Sem Miséria,⁹ que articula ações de 22 ministérios, coordenados pelo MDS, em benefício às vítimas da miséria. Após três anos de funcionamento do Plano, o MDS divulgou um balanço com resultados de programas e ações do Brasil Sem Miséria: (a) Pronatec, programa de capacitação técnica de jovens para acesso ao mercado de trabalho, cujos dados do governo indicam que, entre 2011 e 2014, teve “1,319 milhões de matrículas”; (b) microempreendedor individual, onde “9,2% são empreendedores oriundos do bolsa família”; (c) programa crescer, que faz empréstimo a juros reduzidos com orientação técnica para pessoas de baixa renda e que “fez 9,4 milhões de operações”; e (d) programa economia solidária, presente “em 2.275 municípios, com 10.925 empreendimentos” (BRASIL, 2014a, p. 8-10).

O resultado geral dessa política sistemática de desenvolvimento social do Estado brasileiro nos últimos 11 anos é uma sensível redução da desigualdade social, da pobreza absoluta e garantia das condições básicas essenciais de alimentação à população mais empobrecida. Olhando a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, índice que mensura o desenvolvimento das pessoas em relação ao PIB de um país, percebe-se, nos últimos 12 anos, um crescimento; por exemplo: em 2000, o IDH era 0,669; em 2005, subiu para 0,710; em 2010, atingiu 0,726 e chegou, em 2012, a 0,730. Houve uma progressão, ainda que lenta, mas continua, que fez o Brasil saltar da categoria de país médio para país de alto desenvolvimento humano, mas está ainda na 85ª posição no *ranking* mundial dos países desenvolvidos (OLIVEIRA, 2013).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa exposição ficou claro que o fenômeno da desigualdade social tem trajetória insistente no Brasil. O Estado brasileiro, em cada modo de produção (colonial, escravista, capitalista), tratou a desigualdade social, em grande medida,

8 Atualmente, o Bolsa Família beneficia mais de 14 milhões de famílias em todos os estados da Federação. O valor do benefício é variável; o básico é R\$ 77,00, podendo chegar a mais de R\$ 350,00, acrescendo ao básico o valor variável. Têm direito ao benefício, a família com renda *per capita* de até R\$ 154,00 e as famílias consideradas extremamente pobres, com renda de 0 a R\$ 77,00, que recebem um benefício a mais incorporado ao cartão Bolsa Família (BRASIL, 2014b).

9 Os seus objetivos são: “I - elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza; II - ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e III - propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva.” (BRASIL, 2011).

com indiferença. Somente a partir da modernização do Estado, nos anos 1930, foi que a questão começou ter a atenção, com instituição dos direitos sociais do período getulista. Nos governos autoritários, entre 1964 e 1985, as desigualdades sociais foram tratadas como caso de polícia. Com a mobilização da sociedade e uma postura flexível dos governos nos anos 1990 foi que o Estado incorporou uma agenda pública sobre a fome, a pobreza e a miséria, que haviam se tornados um problema social estrutural.

A partir do governo de Itamar, passando pelo de FHC, aprofundado pelo de Lula até o governo de Dilma, o Estado mudou da indiferença e da questão de polícia, ao lidar com a questão da fome e pobreza extrema, para política de desenvolvimento social. Em cada um desses governos, ao seu modo, pode-se dizer que houve avanços que foram se tornando cumulativos. A postura do Estado quanto à pobreza, à fome e à miséria começou a mudar com o governo de Itamar, pela atuação da sociedade civil, que fez surgir o Consea. Os governos de Lula e Dilma não deram continuidade às políticas de transferências de renda como criaram novas, envolveram a participação da sociedade, as três esferas de governo.

Para as políticas sociais não ficarem apenas nos programas de governos, dependendo do humor de cada gestor, e efetivamente tornarem-se políticas de Estado de desenvolvimento social (que equivaleria à construção do Estado de Bem-Estar social), seria necessário que a política social fosse um direito constitucional.

Retomo, por fim, à linha geral da nossa discussão de que a educação de qualidade é considerada suficiente para criar condições de oportunidades na redução das desigualdades sociais; porém, devido aos elevados níveis de desigualdades sociais e econômicas do Brasil, os efeitos lentos das atuais políticas de redistribuição de renda, as enormes diferenças econômicas regionais, a educação somente não é suficiente para reduzir significativamente as desigualdades, na velocidade que o problema exige, e, se for, levará muito tempo, cinco ou mais gerações para equilibrar o processo de desenvolvimento econômico com justiça social; daí a necessidade de combinar várias políticas com a educação para acelerar a redução das desigualdades, tais como: política de valorização do salário dos trabalhadores; investimentos e melhorias na educação; política de geração de emprego qualificado e renda; política de saúde com atendimento prioritário aos setores menos favorecidos; aproveitamento dos nichos de desenvolvimento econômico; e, principalmente, uma política de desenvolvimento e crescimento econômico associada à justa política de (re)distribuição de renda.

Combater mais rapidamente a pobreza, a extrema pobreza e favorecer uma expressiva diminuição das desigualdades sociais e econômicas exigem medidas de aprofundamento das políticas sociais, maior participação da sociedade e transição de um Estado de benefícios e transferências de renda para um Estado de bem-estar social, que o Brasil, até o momento, ainda não experimentou.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO DA CIDADANIA. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.acaodacidadania.com.br>>. Acesso em: 18 out. 2014.
- BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Diário Oficial da União*, Brasília, 08 dez. 1998.
- BRASIL. Decreto n. 4.744, de 16 de Junho de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jun. 2003.
- BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 jan. 2004.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União - TCU. *Avaliação do TCU sobre o Programa Fome Zero*. Brasília: TCU, 2005.
- BRASIL. Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 jan. 2007, edição extra.
- BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agenda Nacional de Desenvolvimento - AND*. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2010.
- BRASIL. Decreto n. 7.492, de 2 de junho de 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília, 03 jun 2011a.
- BRASIL. *Plano Brasil Sem Miséria*: junho de 2011 a julho de 2014. Brasília: Presidência da República, 2014a.
- BRASIL. Decreto n. 8.232, de 30 de abril de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, 02 maio 2014, retificado em 05 maio 2014b.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. *Plano de aceleração do crescimento*. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 19 de out. 2014d.
- BURITY, J. A. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. In: LUBAMBO, C. et al. (Org.). *Desenho institucional e participação política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 63-107.
- BOCCHIN, B. *Milagre para uns, crescimento da economia foi retrocesso para maioria*. 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2014.
- CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. *Economia & Tecnologia*, Curitiba, a. 7, v. esp., p. 91-103, 2011.
- CARTA CAPITAL. *Entenda como funciona o Bolsa Família*. 13 maio 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br>> Acesso em: 25 out. 2014.
- CASTRO, J. Geografia da fome. 11. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.
- DIAS, R. *Sociologia e administração*. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA, D. *Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FLEURY, S. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (Org.). *Estado e gestão pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 79-105.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1978.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO - FPA. *FPA Comunica 06*. São Paulo: FPA, 2013.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2013*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *A década inclusiva (2001-11): desigualdade, pobreza e política de renda*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 17 out. 2014.

LOPES, E. Oposição critica execução de obras do PAC. *Estadão*, 04 fev. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2014.

MILLER, D. Igualdade e desigualdade. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 374-375.

OLIVEIRA, M. Brasil melhora IDH, mas mantém 85ª posição no ranking mundial. *G1*, 14 mar. 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 13 out. 2014.

PERES, T. H. A. Comunidade solidária: a proposta de um outro modelo para as política sociais. *Civitas*, Porto Alegre, v. 5. n. 1, p. 109-126, jan.-jun. 2005.

PASSARELLI, H. Inflação: um problema que não pode ser esquecido. *Estadão*, 07 set. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br>> Acesso em: 21 de out. 2014.

PASTORAL DA CRIANÇA. *Regimento Interno da Pastoral da criança*. 2013. Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.org.br>>. Acesso em: 16 out. 2014.

SUPLICY, E. M. Programa Fome Zero do presidente Lula e as perspectivas da renda básica de cidadania no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 61-71, jan.-jun. 2003.

SPITZ, C. PIB brasileiro fecha 2010 com crescimento de 7,5%, maior desde 1986, aponta IBGE. *O Globo*, 04 nov. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 05 out. 2014.

VIEIRA, F. Para além do projeto desenvolvimentista. In: MARTINS, P. E. M.; MUNTEAL, O. (Org.). *Brasil em evidência*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; FGV, 2012. p. 87-97.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 206, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217
Accountability 172, 173, 174, 177, 178, 179, 185, 186, 259, 269
Acumulação capitalista 80, 271, 272, 274, 276, 281
Adolescentes 23, 27, 50, 54, 57, 139, 140, 210, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 307
Agenda 2030 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 127, 135, 136
Alcoolismo 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57
Análise de conteúdo 46, 116, 118, 120, 121, 123, 135, 136

B

Bullying 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34

C

Cidadania 63, 64, 108, 109, 111, 114, 115, 133, 137, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 200, 205, 227, 241, 245
Cidadania digital 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157
City image 1, 2, 4, 5, 6, 8
Competição 2, 16, 91, 99, 100, 174, 176, 256, 257, 259, 261
Compra de votos 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 268
Compromisso social 231
Corrupção 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 267, 268, 269
Criminalidade 133, 206, 208, 212, 214, 216, 218, 226, 229, 278
Criminologia 206, 207, 208, 214, 215, 216, 217, 218
Crise 11, 16, 65, 74, 80, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 107, 108, 110, 159, 160, 162, 163, 166, 168, 170, 202, 206, 209, 221, 238, 239, 253, 271, 272, 275, 276, 277, 279, 280, 281

D

Democracia Contemporânea 172
Desigualdade social 78, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 131, 185, 193, 200, 205, 277
Dever do estado 146
Direito à privacidade 151, 243, 244, 245, 246, 247, 251
Direito constitucional 74, 113, 153, 158, 171, 245
Direito dos refugiados 159, 164
Direito fundamental 65, 146, 149, 150, 152, 157, 158, 191
Direito internacional 12, 159, 170, 253
Direitos 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 80, 91, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 113, 129, 131, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 210, 211, 213, 215, 226, 227, 228, 229, 231, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 278, 279

Direitos humanos 62, 74, 75, 105, 133, 147, 149, 150, 155, 157, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 186, 191, 210, 211, 227, 243, 244, 245, 247, 250, 251, 253, 254

E

Economia criativa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Educação 6, 33, 63, 64, 67, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 105, 106, 111, 112, 113, 116, 119, 122, 128, 129, 131, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 158, 166, 179, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 204, 210, 223, 227, 300

Eleições 80, 110, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 185, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268

Emenda Constitucional 95/2016 7, 90

Empírica 269, 282, 287, 288, 289

Encarceramento feminino 218, 224, 228

Enchentes sazonais 58, 59, 60, 61, 73

Ensino médio 22, 28, 29, 33, 51, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 129, 144

Equiparação salarial 187, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203

Estratégia pública 116, 118, 119, 120, 123, 125, 135

Estudante 22, 31, 89

Estudo de caso 8, 46, 51, 120, 291

Exclusão social 102, 202

F

Família 25, 27, 38, 39, 42, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 108, 111, 112, 114, 140, 141, 142, 167, 210, 213, 220, 221, 223, 225, 236, 239, 292, 298, 304, 307

Flexibilização do direito do trabalho 187

Forró 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44

G

Garantias fundamentais 58, 66, 152, 254

H

História 6, 10, 24, 33, 39, 52, 106, 107, 117, 137, 138, 139, 144, 145, 164, 168, 171, 212, 219, 229, 232, 236, 242, 276, 283, 284, 287, 290, 291, 292, 295

I

Indicadores fiscais 90, 95, 98, 99

Interação cérebro-máquina 243, 244, 249, 250, 253

Internet 23, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 173, 180, 250, 252, 254

M

Método 102, 116, 118, 120, 121, 164, 170, 174, 175, 180, 188, 204, 282, 285, 287, 288, 289

Minimalismo 206, 209, 210, 212, 215, 216, 217

Mulher delinquente 218, 220, 221, 228

N

Neurociência 243, 250, 251, 253, 255

Neurotecnologia 243, 244, 250, 251, 252

Nordestinos 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44

O

Objetivos de desenvolvimento sustentável 116, 117, 118, 119

P

Padrão de beleza 25, 33

Paulistas 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Percepções 46, 50, 56, 282, 286

Pesquisa 2, 3, 6, 11, 19, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 32, 33, 38, 43, 46, 51, 53, 55, 57, 59, 60, 72, 76, 85, 86, 102, 106, 108, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 135, 146, 148, 153, 154, 158, 170, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 202, 203, 206, 233, 243, 245, 256, 258, 262, 263, 267, 268, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304

Pobreza 25, 72, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 149, 161, 200, 205, 271, 277, 280, 281

Poliarquia 172, 174, 175, 185, 257, 258, 268

Política 2, 3, 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 87, 88, 89, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 127, 132, 136, 137, 139, 144, 145, 148, 149, 159, 161, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 185, 186, 199, 211, 217, 218, 219, 220, 226, 227, 229, 232, 253, 257, 259, 268, 269, 280, 281, 283, 291, 292, 304, 306, 307

Política criminal 218, 219, 226

Políticas públicas 2, 3, 58, 59, 60, 65, 66, 68, 72, 73, 75, 78, 80, 81, 87, 91, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 108, 109, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 135, 144, 146, 157, 162, 163, 173, 177, 179, 214, 240, 293, 305

Presídio feminino 218

Princípio da igualdade 64, 75, 198, 199, 201

Proteção social 76, 78, 87, 89, 94, 95, 168

Psicologia jurídica 231

R

Redução da maioridade penal 231, 237, 240

Reestruturação produtiva 270, 272, 275, 277, 279, 280

Reforma do ensino médio 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 89

Rio criativo 6

Rio de Janeiro 1, 4, 89

S

Sistema Único de Saúde 90

Sociabilidades 35

Superpopulação relativa 5, 9, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

T

Teoria 33, 34, 43, 64, 74, 75, 76, 89, 95, 105, 138, 141, 144, 174, 186, 210, 211, 215, 216, 221, 229, 241, 257, 277, 282, 283, 284, 285, 287, 288

Terceirização 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Transparência 133, 135, 172, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Turismo 1, 6, 7, 8, 10, 14, 18, 130

V

Venezuela 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171

Violência 27, 28, 34, 35, 40, 54, 55, 129, 133, 210, 212, 220, 233, 234, 235, 237, 240, 241, 247, 254

Vivências 46, 286

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-801-4



9 788572 478014